

ÍNDICE

LIVRO I

DA NATUREZA DA GUERRA

Capítulo I - O que é a Guerra?	11
Capítulo II - Os Fins e os Meios na Guerra	30
Capítulo III - O Gênio para a Guerra	42
Capítulo IV - Do Perigo na Guerra	59
Capítulo V - Do Esforço Físico na Guerra	61
Capítulo VI - A Informação na Guerra	63
Capítulo VII - Atrito na Guerra	65
Capítulo VIII - Notas de Conclusão	68

LIVRO II

DA TEORIA DA GUERRA

Capítulo I - Ramificações da Arte da Guerra	73
Capítulo II - Da Teoria da Guerra	81
Capítulo III - Arte ou Ciência da Guerra	98
Capítulo IV - Metodismo	101
Capítulo V - Crítica	106
Capítulo VI - Dos Exemplos	123

LIVRO III

DA ESTRATÉGIA EM GERAL

Capítulo I - Estratégia	133
Capítulo II - Elementos da Estratégia	141

Capítulo III - Forças Morais	143
Capítulo IV - Os Principais Poderes Morais	145
Capítulo V - Capacidade Militar de um Exército	147
Capítulo VI - Ousadia	151
Capítulo VII - Perseverança	155
Capítulo VIII - Superioridade Numérica	157
Capítulo IX - A Surpresa	162
Capítulo X - O Estratagema	167
Capítulo XI - O Congregar das Forças no Espaço	170
Capítulo XII - O Congregar das Forças no Tempo	171
Capítulo XIII - Reserva Estratégica	177
Capítulo XIV - Economia de Forças	180
Capítulo XV - O Elemento Geométrico	182
Capítulo XVI - Da Suspensão do Ato na Guerra	184
Capítulo XVII - Do Caráter da Guerra Moderna	189
Capítulo XVIII - Tensão e Repouso	191

LIVRO IV

○ COMBATE

Capítulo I - Introdução	197
Capítulo II - Caráter da Batalha Moderna	198
Capítulo III - O Combate em Geral	200
Capítulo IV - O Combate em Geral (Continuação)	204
Capítulo V - Do Significado do Combate	211



LIVRO I

DA NATUREZA DA GUERRA



CAPÍTULO I

O que é a Guerra?

1. Introdução

A melhor proposta encontrada para o desenvolvimento desse assunto tão envolvente é iniciar nossas considerações partindo do simples para o complexo. Serão analisadas, primeiramente, as partes de cada tema separadamente, em seguida, cada uma das suas divisões e subdivisões, e, por último, o conjunto, com todas as suas correlações. No entanto, é importante começar com uma visão geral da natureza do conjunto, pois é primordial que, durante a análise de cada parte, não se perca de vista a sua relação com o todo.

2. Definição

Deixando de lado qualquer das ambíguas interpretações oferecidas por comentaristas políticos sobre o tema em questão, inicialmente nos limitaremos à análise do essencial, pois a guerra, enfim, nada mais é que um grande duelo, que envolve diferentes personagens. Podemos considerar os inúmeros duelos que constituem uma guerra como uma unidade individual, se visualizarmos dois lutadores, cada um procurando, pela força física, submeter o outro à sua vontade. Cada qual procura derrubar o oponente, impossibilitando-o de resistir.

Em razão disso, podemos dizer que a guerra é um ato de violência pelo qual pretendemos levar o adversário a render-se à nossa vontade.

A violência é combatida com violência, pois se arma com as disponíveis invenções da Arte ou da Ciência. E sofre certas restrições, algumas vezes auto-impostas, insignificantes; outras, sujeitas a certas

cláusulas do Direito Internacional¹, as quais pouco modificam a sua natureza essencial.

Já que não pode haver força moral fora do conceito de *Nação e Direito* (Lei e Ordem) — a violência, ou seja, a força física, fundamenta, por assim dizer, os *meios*. A submissão obrigatória do inimigo à nossa vontade é o *objetivo final*. Para que esse objetivo final seja plenamente alcançado, é preciso que o inimigo seja desarmado. Assim, o *desarmamento* torna-se, teoricamente, o objeto explícito e imediato das hostilidades. Ele substitui o *objetivo final*, descartando-o como algo que não precisa mais ser levado em conta pelas avaliações.

3. O uso máximo da força

Os humanistas acreditam que exista um método eficaz para desarmar e vencer um inimigo sem causar grande derramamento de sangue, sendo essa a precípua vocação da guerra. Por mais razoável que esse conceito possa parecer, é enganoso, e deve ser extirpado, pois, em assuntos tão perigosos quanto a guerra, os erros nascidos de um “coração benévolo” costumam ser os mais fatais. Como o emprego — até o máximo limite — da força física não exclui a assistência da inteligência, aquele que apela, amplamente, para o uso da força, sem se afligir com o conseqüente derramamento de sangue, levará vantagem sobre seu adversário, caso este se empenhe na luta com menor vigor. O primeiro lutador, então, dita as regras sobre o segundo, e ambos continuam a luta até o limite de suas forças tendo como únicas restrições, aquelas impostas pelo grau de agressividade do adversário.

É assim que essa questão deve ser encarada — sob pena de prejudicar os interesses de ambas as partes —, e não há motivo algum para nos esquivarmos da análise sobre a realidade dos fatos da guerra, apenas porque o horror de suas conseqüências nos causa repulsa.

Se as guerras entre povos civilizados parecem menos cruentas e destrutivas do que aquelas travadas entre povos primitivos, a diferença reside tanto na conjuntura social dos próprios Estados quanto no nível de relacionamento entre eles. É dessa conjuntura social e de suas implicações e correlações que surge a guerra que, por sua vez, está sujeita a controles e alterações, não necessariamente inerentes a ela. Além do mais, seria um contra-senso acrescentar um “código de moderação” à filosofia da própria guerra.

O homem é levado à guerra por dois motivos: o instinto agressivo e o propósito hostil. Como este último é a causa mais comum, ele foi escolhido como o principal elemento para nossa interpretação da guerra. Acharmos difícil imaginar a intensidade de um ódio brutal, que chega às raias do puro instinto,

1. Clausewitz não reconhecia como importante o Direito Internacional, por considerar que suas leis não contribuíam para uma melhor relação entre as nações.

sem a ele associar um propósito hostil. Por outro lado, pode haver, muitas vezes, “propósitos hostis” independentes de “instinto agressivo” ou “ódio mortal”. Entre os povos primitivos, prevalecem os enfoques decorrentes dos sentidos. Entre os países civilizados, prevalecem os enfoques decorrentes da razão. Contudo, essa variante depende da conjuntura do momento, das instituições existentes etc. Em resumo, mesmo o mais civilizado dos povos pode ser levado à exacerbação dos sentidos contra outra nação.

Assim sendo, entendemos que seria um grave e arriscado engano rotular a guerra entre países civilizados como mera consequência de uma ação — de caso pensado, por parte do Governo — e que, além disso, estaria cada vez mais desligada de qualquer sentimento passional. Daí resultaria que, por fim, as massas físicas de combatentes não mais seriam necessárias, bastando meras relações diplomáticas para resolver as divergências: um tipo de operação algébrica.

A teoria pendia para esse conceito até que os eventos da última guerra, entre 1813/1815², trouxeram um pouco mais de conscientização aos teóricos.

Se a guerra é, realmente, um ato de força, nem por isso deixa de ter a ver com os sentimentos. Caso não se origine de sentimentos, ao menos *reage* mais ou menos de acordo com eles, e a intensidade de tal reação não depende tanto do grau de civilização, mas do grau e da duração dos interesses em jogo.

Conseqüentemente, o fato de os países civilizados não mais executar seus prisioneiros, nem arrasarem totalmente cidades e países que conquistam apenas comprova que o senso comum vem exercendo mais influência na maneira de se conduzir a guerra. Além disso, já existem meios mais efetivos de aplicação da força do que os rudes atos guiados puramente pelo instinto. A invenção da pólvora e o constante avanço técnico dos armamentos demonstram que a tendência para a destruição do inimigo ainda forma a base do conceito da guerra e não foi de modo algum alterada ou modificada pelo desenvolvimento da civilização.

Por isso, reafirmamos que a guerra é um ato de violência levado a extremos. Como um lado impõe a lei ao outro, cria-se um tipo de ação recíproca que, conseqüentemente, chegará a uma situação limite. Essa é a primeira ação recíproca e o primeiro impasse que nos é revelado.

4. O objetivo é desarmar o inimigo

Já foi dito que o objetivo de qualquer ação bélica é desarmar o inimigo, e vamos agora demonstrar que isso, pelo menos na teoria, é obrigatório.

2. Em 18 de junho de 1815, na Batalha de Waterloo, ocorreu a derrota final de Napoleão. Para Clausewitz, esse foi um marco na substituição da era das guerras de *gabinete* pela era das guerras entre as nações.

Ao pretendermos obrigar nosso adversário a se submeter à nossa vontade, temos de deixá-lo em uma situação tal que, para ele, esta seja mais opressiva do que o sacrifício exigido por nós. Mas as desvantagens desta posição, obviamente, não devem ser de caráter transitório, pelo menos na aparência, caso contrário, o inimigo, em vez de ceder, se manterá firme na expectativa de uma mudança para melhor. Por esse motivo, qualquer mudança que venha a ocorrer durante a guerra, deveria ser para pior. E o pior que pode acontecer a um beligerante é ficar completamente desarmado. Se, portanto, o inimigo tiver de ser reduzido à submissão por meio de um ato de guerra, ele deverá ser: ou efetivamente desarmado, ou colocado em uma posição tal, que se sentirá ameaçado disso. Daí se conclui que o desarmamento, ou a destruição do inimigo — não importa o termo — deve ser o objetivo principal da guerra.

Mas a guerra representa sempre o choque entre duas facções opostas — e não a ação de uma força viva sobre uma massa inanimada, pois um estado absoluto de aceitação não poderia ser chamado de guerra. Portanto, o que acabou de ser dito com relação às metas da ação na guerra, aplica-se a ambas as partes. Deste modo, temos aqui outro caso de ação recíproca. “Enquanto o inimigo não estiver vencido, ele pode me vencer; então não serei mais dono de mim mesmo. Ele irá ditar-me suas regras, do mesmo modo como eu fiz com ele. Esta constitui a segunda ação recíproca, e nos leva a um segundo impasse.”

5. A utilização máxima das forças

Se quisermos derrotar o inimigo, temos de empenhar nossas forças na mesma proporção que o seu poder de resistência. Isso se expressa por meio do produto de dois fatores que não podem ser separados — *a soma dos meios disponíveis e o poder da vontade*. A *soma dos meios disponíveis*, até certo ponto, pode ser quantificada, pois depende (apesar de não totalmente) de números. O *poder da vontade*, contudo, é mais difícil de especificar, e pode apenas ser calculado, até certo ponto, pela força da motivação. A partir do princípio de que assim obtemos uma base de cálculo do poder a enfrentar, podemos então vistoriar os nossos próprios meios. Desse modo ou os aumentamos a fim de obter uma superioridade ou, em caso de não termos os recursos necessários para isso, empenhamo-nos para os aumentar ao máximo. Por outro lado, o adversário faz o mesmo, provocando, então, um novo aumento mútuo, que, de modo puramente teórico, deve criar uma nova etapa em direção a um extremo. Este é o terceiro caso de reação recíproca e o terceiro impasse que nos é revelado.

6. Modificação da realidade

No raciocínio abstrato, a mente não pode se deter diante de um extremo com o qual tem que lutar, por meio de um choque de forças entregues

a si próprias, não obedecendo à outra lei senão a sua. Se, a partir da definição pura da guerra, determinássemos um ponto absoluto para o nosso objetivo e para os meios a empregar, essa constante ação recíproca iria envolver-nos ao máximo, o que nada mais seria que um jogo de idéias, resultado de uma sucessão, quase invisível, de sutilezas lógicas. Se quase no limite do absoluto tentamos evitar todas as dificuldades com apenas uma penada, e insistimos que, em ambos os casos, o extremo deve ser o objetivo e, além disso, que devemos nos esforçar ao máximo nesse sentido, então, essa penada não passaria de uma simples lei no papel, que de maneira alguma se adaptaria à realidade.

Mesmo que haja a suposição de que essa extrema tensão de forças tenha um valor absoluto fácil de calcular, mesmo assim precisamos admitir que, para a mente humana, é difícil submeter-se a essa espécie de fantasia lógica. Em muitos casos com certeza, haveria um desperdício inútil de forças que estariam em oposição a outros princípios de política; seria exigido um esforço de vontade desproporcional ao objetivo proposto e, por isso mesmo, impossível de realizar, pois não é de sutilezas lógicas que a vontade humana deriva seus impulsos.

No entanto, a vontade humana toma diferentes formas ao se passar das abstrações para a realidade. No primeiro caso, tudo deve ser objeto de otimismo e devemos imaginar ambos os lados lutando pela perfeição, e até chegando a alcançá-la. Será que isso poderá ocorrer no mundo real? Pode acontecer:

1. Quando a guerra passa a ser um ato totalmente isolado que surge repentinamente, sem nenhuma ligação com a história anterior dos Estados em luta.
2. Se estiver limitada a uma única solução ou a várias soluções simultâneas.
3. Se a solução perfeita e completa estiver em si própria, livre de qualquer reação externa, por meio de um cálculo antecipado sobre a situação política que virá depois.

7. A guerra nunca é um ato isolado

Com referência ao primeiro ponto, nenhum dos opositores é um ser abstrato para o outro, nem mesmo em relação ao fator de resistência que independe de coisas objetivas, ou seja, à vontade, que não é uma quantidade completamente desconhecida — o que é hoje, indica o que será amanhã. A guerra não aparece repentinamente chegando de pronto a seu máximo; cada um dos lados tem, assim, como formar uma boa idéia sobre a situação do outro, a partir do que ele é e do que faz, em vez de o julgar de acordo com o que ele deveria ser ou fazer. Por outro lado, o homem com suas falhas estruturais está sempre abaixo da linha de perfeição absoluta. Assim, essas

deficiências exercendo pressão sobre ambos os lados, convertem-se em um princípio de alteração.

8. A guerra não consiste em um golpe único e instantâneo

As considerações a que o segundo ponto dá origem são as seguintes:

Se a guerra acabasse em apenas uma solução, ou com várias soluções sucessivas, certamente toda a preparação para essa interrupção tenderia ao extremo, pois uma falha não poderia ser de maneira alguma consertada. Em tal caso, o melhor que a realidade poderia nos oferecer, como orientação, seriam os preparativos do nosso oponente, na proporção em que os conhecêssemos; todo o restante cairia no domínio do impalpável. Porém, se a resolução é elaborada por diversos atos simultâneos, aquele que, com todas as suas fases, vier antes pode servir de medida para aquele que virá em seguida. Desta forma, o mundo da realidade novamente assume o lugar do impalpável, alterando o esforço em direção ao extremo.

Basicamente, todas as guerras poderiam ser decididas com uma só solução, ou com uma soma das soluções sucessivas, se fosse possível recrutar de uma só vez todos os meios necessários para a luta, pois, com um resultado desfavorável, certamente os meios diminuiriam; então, se, logo no início, todos os meios tivessem sido empregados, não haveria uma segunda fase. E todos os atos de hostilidade que pudessem vir em seguida pertenceriam essencialmente ao primeiro e, na verdade, poderiam ser apenas a sua continuidade.

Porém, como já foi visto antes, mesmo para os preparativos da guerra, o mundo real assume a posição de concepção genuinamente abstrata, ou seja, um critério material toma o lugar de pressuposições para um extremo e, assim sendo, as duas partes, influenciadas pela reação mútua, conservam-se abaixo da linha do esforço máximo e, por essa razão, o avanço não é feito com todas as forças ao mesmo tempo.

Por sua natureza e pela forma como podem ser usadas, essas forças não podem ser todas avançadas ao mesmo tempo. Elas são os *exércitos efetivamente alistados*, o *país*, com sua superfície e população, e os *aliados*.

Na verdade, o país, com seu território e população, além de ser a origem de toda a força militar, constitui, em si mesmo, uma parte integral dos números eficientes da guerra, seja porque fornece o teatro da guerra, seja porque exerce considerável influência sobre ele.

É possível fazer todas as forças militares móveis de um país operarem simultaneamente, mas não todas as fortalezas, rios, montanhas, povo etc., ou seja, não o país todo, a não ser que ele seja tão pequeno que possa ser dominado desde o primeiro ato hostil. E, ainda, a colaboração dos aliados independe da vontade dos belicosos; devido à natureza das inter-relações

políticas dos Estados, esta cooperação é, muitas vezes, proporcionada somente depois do início da guerra, podendo também se intensificar para restabelecer o equilíbrio do poder.

Mais adiante será completamente demonstrado que esta parte dos meios de resistência — que não pode ser imediatamente posta em atividade —, pertencente, em geral, a um todo muito maior do que se poderia supor, muitas vezes restaura o equilíbrio do poder seriamente afetado pela grande força da primeira decisão. Aqui basta mostrar que uma total concentração de todos os meios disponíveis ao mesmo tempo é contrária à natureza da guerra.

No entanto, isso não é razão para se negligenciar esforços a fim de acumular força para vencer o primeiro assalto, porque um caso desfavorável é sempre uma desvantagem à qual ninguém irá se expor intencionalmente, e também porque a primeira decisão, embora não seja a única, dependendo de sua importância, continuará exercendo grande influência nos acontecimentos que se seguem.

A possibilidade de ganhar mais tarde alguma vantagem leva os homens a se refugiarem nessa expectativa, devido a aversão do espírito humano em empregar esforços excessivos. Por isso, para essa primeira decisão, as forças deixam de ser concentradas, e medidas não são tomadas com a devida energia. O que quer que um beligerante omita por fraqueza torna-se, para o outro, um campo realmente objetivo para economizar seus próprios esforços. Assim, também, pela ação recíproca, tendências extremas deverão ser minimizadas.

9. O resultado na guerra nunca é absoluto

E, por fim, até mesmo a decisão final de toda uma guerra nem sempre pode ser considerada como absoluta. O Estado dominado muitas vezes considera-a apenas um mal passageiro, que poderá com o tempo ser recuperado por meio de acordos políticos. Assim, fica bem evidente a medida em que este fato deve modificar o grau de tensão e o vigor dos esforços feitos.

10. As probabilidades da vida real tomam o lugar das concepções do extremo e do absoluto

Assim, todo o ato da guerra fica distante da rigorosa lei das forças exercidas ao máximo. Se o extremo já não precisa mais ser atingido, nem ser tentado, fica a cargo da razão delimitar os esforços a fazer em seu lugar, e isso somente pode ser feito a partir de dados fornecidos pelos fatos do mundo real e pela *Lei das Probabilidades*. Uma vez que os belicosos deixam de ser meras concepções para se tornarem Estados e Governos soberanos; uma vez

que a guerra deixou de ser um ideal para tornar-se um processo definido e substancial, então, a realidade irá fornecer os dados para que se possam calcular as quantidades desconhecidas que é necessário encontrar.

A partir do caráter, das medidas, da condição do inimigo, assim como das circunstâncias que o rodeiam, cada lado, baseando-se na Lei das Probabilidades tira as suas conclusões a respeito dos planos do outro, e age de acordo com eles.

11. O objetivo político reaparece agora

A essa altura, a questão que tínhamos posto de lado tem de ser, de novo, levada em consideração, ou seja, o *objetivo político da guerra*. Até agora, a lei do extremo, visando desarmar o adversário e derrubá-lo, tomou, de certa forma, o lugar desse objetivo. À medida que aquela lei perde força, o objetivo político vem novamente à tona. Se todo o problema não passa de um simples cálculo de probabilidades, baseado em pessoas e relações definidas, então o objetivo político, sendo o motivo original, tem de ser uma parte essencial do produto. Quanto menor for o sacrifício exigido do nosso oponente, é de se esperar que tanto menor serão os meios de resistência por ele utilizados. Porém, quanto menor for a sua preparação, tanto menor a nossa precisará ser. Mais ainda: quanto menos valor nós lhe atribuímos, mais facilmente seremos induzidos a desistir dele completamente.

Assim sendo, o objetivo político, que é o motivo original da guerra, será o fundamento que irá determinar tanto o alvo da força militar como também a intensidade do esforço exigido. Isso não ocorre espontaneamente, mas é assim em relação a ambos aos Estados beligerantes, pois estamos tratando com realidades e não com meras abstrações. Um único objetivo político pode produzir efeitos totalmente diversos em diferentes povos ou até no mesmo povo, em diferentes ocasiões. Por esse motivo, apenas podemos qualificar o objetivo político como medida, considerando seus efeitos sobre as massas que irá agitar; e, em consequência disso, a natureza dessas massas será, igualmente, levada em consideração. É fácil ver que, assim, o resultado pode ser muito variável, conforme essas massas estejam animadas de um espírito que inspire, ou não, vigor à ação. É muito provável que exista um tal estado de ânimo entre dois Estados, que um trivial motivo político para a guerra produza um efeito completamente desmesurado — na verdade, uma autêntica explosão.

Isso se reflete nos esforços que o objetivo político irá provocar nos dois Estados e no alvo determinado pela própria ação militar. Às vezes, o próprio objetivo político pode ser o alvo, como, por exemplo, a conquista de um território. Outras vezes, o objetivo político não é adequado como alvo da ação militar; então, há que se escolher um alvo equivalente e que tomará o

seu lugar no que se refere ao estabelecimento da paz. Contudo, aqui também fica sempre pressuposta a devida atenção ao caráter peculiar dos Estados em questão.

Existem conjunturas em que o equivalente terá que ser muito maior que o objetivo político em si, para que este possa ser garantido. O objetivo político deverá servir de padrão — tanto para o alvo, quanto para o esforço — e terá ainda mais influência, de per si. Quanto maior for a indiferença das massas, menos prevalecerá um sentimento de hostilidade entre os dois Estados, devido a outras causas. Por isso, há casos em que quase só o objetivo político será decisivo.

Se o alvo da ação militar for um equivalente do objetivo político, em geral, a ação torna-se menor na medida em que o objetivo político diminui, aumentando quanto mais o objetivo político domina. Assim se explica porque, sem que haja contradição, pode haver guerras de todos os graus de importância e energia, desde uma guerra de extermínio, até o simples uso de um exército de observação. Entretanto, isso nos conduz a um problema de outro tipo, que precisaremos desenvolver e responder a seguir.

12. Uma suspensão na ação da guerra não explicada pelo que dissemos até agora

Por mais sem importância que sejam as exigências políticas fixadas entre as partes, por mais fracas que sejam os meios usados, por menor que seja o alvo a que a ação militar está dirigida — será que essa ação pode ser suspensão, mesmo que por um momento? Isto é uma questão que depende em profundidade da natureza do assunto.

Qualquer negociação demanda, para sua concretização, um certo tempo, ao qual denominamos *duração*. Esta duração pode ser maior ou menor, conforme o mediador aplicar mais ou menos presteza a seus movimentos.

Não iremos tratar agora deste *mais ou menos*. Cada qual age à própria maneira. No entanto, a pessoa lenta não atrasa uma tarefa por querer gastar mais tempo com ela, mas porque a sua natureza exige mais tempo, e, caso se apressasse mais, não a desempenharia tão bem. Esse tempo pertence à chamada *duração da ação*, e depende de causas subjetivas.

Ao levarmos em consideração esse fator, *a duração*, para cada ação na guerra, teremos então de admitir, pelo menos de imediato, que qualquer tempo gasto além da *duração*, ou seja, qualquer suspensão da ação hostil, parece um absurdo. Com relação a isso, deve-se recordar que não se trata agora do progresso de um ou outro dos dois adversários, mas do avanço geral de toda a ação da guerra.

13. Há apenas um motivo para se suspender a ação e, de qualquer maneira, este só parece possível para um dos lados

Se duas partes se prepararam para o combate é porque estão tomadas por um sentimento de animosidade que as conduziu a isso. Enquanto continuam em armas, ou seja, não fazem as pazes, esse sentimento permanece, podendo apenas ser levado a uma paralisação, por qualquer dos lados, e por um único motivo, isto é, *que ele aguarda um momento mais favorável para a ação*. Contudo, à primeira vista, tal motivo parece existir apenas para um dos lados, pois, por si mesmo, já deve ser prejudicial para o outro. Se o interesse de um é agir, então, o interesse do outro deve ser esperar.

Um total equilíbrio de forças não pode jamais levar a uma suspensão da ação, pois, durante essa suspensão, aquele que tem o objetivo positivo (o agressor) é compelido a continuar avançando. Suponhamos um tal equilíbrio: aquele que tem o objetivo positivo, logo, o motivo mais forte, pode também requisitar apenas os meios secundários, de modo que a equação se enquadra na resultante entre o motivo e o poder. Daí se conclui que, se nenhuma alteração for esperada para essa condição de equilíbrio, as duas partes têm de buscar a paz. Caso haja uma expectativa de mudança de situação, essa mudança poderá, então, ser favorável apenas para uma das partes, e, portanto, a outra tem evidente interesse em agir sem demora. Vemos, assim, que o conceito de equilíbrio não pode justificar a suspensão temporária das hostilidades, mas se extingue na *expectativa de um momento mais favorável*.

Suponha que um de dois Estados tenha um objetivo positivo como, por exemplo, a conquista de uma das províncias do inimigo — o qual vai ser usado nos termos da paz. Após a conquista, o objetivo político foi realizado, então não existe mais a necessidade de ação, e para ele segue-se um período de pausa. Se o oponente também estiver satisfeito com essa situação, a paz será acertada; se não, terá que partir para a ação. Assim sendo, se supusermos que daí a quatro semanas ele vai estar em melhores condições de agir, então terá pretextos suficientes para protelar o momento da ação.

Mas a partir de então, a saída lógica para o inimigo será agir, evitando fornecer à parte conquistada o tempo *desejado*. É evidente que, nesse tipo de raciocínio, estamos pressupondo um completo conhecimento da conjuntura de ambos os lados.

14. Assim haverá um prosseguimento da ação que avançará rumo a um clímax

Se essa continuidade, sem interrupção das operações hostis, realmente existisse, tudo outra vez seria levado a um impasse, pois independente do